

Núcleo de Ensino

OS DESAFIOS DO TRABALHO COLETIVO NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Core Teaching

THE CHALLENGES OF THE COLLECTIVE WORK IN AN INTERDISCIPLINARY PERSPECTIVE

Raquel S. Sant'Ana¹

<http://lattes.cnpq.br/4612478699267894>

Onilda A. do Carmo²

<http://lattes.cnpq.br/8316506715534792>

Larissa Z. Caputo³

<http://lattes.cnpq.br/4546114803030296>

Graziella Aparecida Lima⁴

<http://lattes.cnpq.br/9186831979942921>

Demais membros do grupo NATRA⁵.



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)    

Este trabalho faz uma breve reflexão sobre o projeto desenvolvido através do Núcleo de Ensino da Unesp, sob orientação da Prof. Dra. Raquel dos Santos Sant'Ana, com o projeto aprovado pelo nome de: **O DESENVOLVIMENTO RURAL E O URBANO: A INTERDEPENDÊNCIA DE DUAS REALIDADES**, que também traz uma reflexão sobre o significado da universidade no atual contexto e chama a atenção para a importância daqueles trabalhos de extensão universitária interdisciplinares que possibilitam ao aluno uma formação crítica e comprometida com a transformação da realidade. Destacamos a atuação do Núcleo Agrário Terra e

¹ Professora Doutora em Serviço Social da Unesp Franca. Email: raquelssfranca@yahoo.com.br

² Professora Doutora, Serviço Social, Unesp Franca. Email: onildalves@uol.com.br

³ Graduanda em Direito, Unesp/Franca. Email: larizambelli@hotmail.com

⁴ Mestranda em Serviço Social, Unesp/Franca. Email: lima.graziella@yahoo.com.br

⁵ Grupo de extensão interdisciplinar, Unesp/Franca. natraunespfranca@yahoogrupos.com.br.

Raiz (NATRA) do campus de Franca, SP que trabalha junto aos assentamentos e acampamentos rurais da região e, a escolas públicas do município de Franca. O objetivo do Núcleo é fortalecer a luta pela terra e aos movimentos sociais. Dentre os diversos projetos desenvolvidos por este grupo de extensão, aqui será apresentada a sua experiência de trabalho junto a uma escola pública de Franca, num projeto que tratou a temática agrária com alunos do ensino médio no ano de 2010.

A UNIVERSIDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

As propostas neoliberais que, hoje, assolam os parques diretos e serviços conquistados pela população brasileira se fazem presentes dentro das universidades públicas com discursos, ora camuflados, ora explícitos.

Chauí, 2000, faz algumas reflexões sobre a universidade e mostra que cada vez mais esta deixa de ser uma instituição social para tornar-se uma organização social, ou seja, a universidade deixa de se preocupar com o que chamamos de questões referentes à universalidade e passa a se ocupar de sua inserção na atual divisão social do trabalho; ela passa a ter uma função instrumental: define meios particulares para atingir objetivos também particulares.

A mudança de universalidade da instituição para a organização foi possível devido a fragmentação do conhecimento, mas acima de tudo pela fragmentação da própria vida tanto no espaço da produção quanto da reprodução.

Ainda segundo Chauí, a universidade organização tem duas fases distintas: na primeira tornou-se funcional e se preocupou em formar quadros para o mercado de trabalho; na segunda torna-se operacional, volta-se sobre si mesma e, pulverizada em micro organizações passa a ter exigências alheias à verdadeira produção do conhecimento.

O reconhecimento da universidade como organização operacional é facilmente perceptível: aumenta-se o número de horas aulas, diminui-se o tempo para mestrado e doutorado, a avaliação é feita pelo número de colóquios, congressos, publicações, comissões, relatórios. A docência é vista como transmissão rápida do conhecimento, a pesquisa é uma estratégia de intervenção e controle de meios e instrumentos para atingir determinados objetivos; a extensão

vista como prestação de serviço ou simples atividade assistencial fica relegada a último plano com menor investimento.

A atual precarização do ensino público é resultado da valorização do setor privado em detrimento do público, da qualidade, do ensino voltado para o mercado de trabalho – formando sujeitos tecnicistas, acríticos e alienados da realidade e das condições objetivas em que estão inseridos e foram criados. Efeitos esses, frutos da educação, denominada por Paulo Freire de “educação bancária”:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também. (FREIRE,1997,35)

O processo, como Paulo Freire diz, ainda é mais *deformador*, pois, o autoritarismo coíbe, ou, oprime qualquer concepção de mundo autônoma que cada educando pode ter, causando um sentimento de inferioridade e incapacidade, manipula sua identidade e a possibilidade de autoria, acaba por formar um senso comum incoerente e alienado, assim:

Deformados pela acriticidade, não são capazes de ver o homem na sua totalidade, no seu quefazer- ação- reflexão, que sempre se dá no mundo e sobre ele. Pelo contrário, será mais fácil, para conseguir seus objetivos, ver o homem como uma “lata” vazia que vão enchendo com seus “depósitos” técnicos. Mas ao desenvolver desta forma sua ação, que tem sua incidência neste “homem lata”, podemos melancolicamente perguntar: “onde está seu compromisso verdadeiro com o homem, com sua humanização? (FREIRE,1981,45)

Através dessa crítica contundente ao modo de educação que se origina no sistema de produção capitalista, não só Paulo Freire, mas outros autores, como Dermeval Saviani e Elydio dos Santos Neto, apontam para o que deve ser uma educação transformadora, que liberte o homem dessa deformação provocada pela “educação bancária” e pela ideologia da classe dominante.

A “*pedagogia da libertação*” entende o homem como um ser social e político que se constrói em constante interação com o outro e com o meio; um homem histórico, que se constrói na história e constrói história; capaz de interpretar, discernir e compartilhar experiências:

Constituir-se como sujeito e como educador em meio à sociedade neoliberal é uma tarefa difícil, que exige capacidade de *resistir* a todas as formas de agressão que o sistema faz no sentido de tirar, de cada sujeito, o direito de construir sua própria identidade com liberdade e autonomia de tal forma a ser o autor da própria história e a participar, solidaria e criativamente, da construção da história coletiva.

A esperança estará presente, como antídoto e como estímulo, se estiver presente nas práticas educativas: no momento da construção do projeto político-pedagógico da escola; [...] na reflexão crítica da prática individual; na reflexão crítica da prática coletiva; na análise do contexto no qual a vida se faz e refaz; nas maneiras de fazer a formação continuada dos educadores. (SANTOS NETO, 2004, p. 61)

O ponto central dessa nova pedagogia é o entendimento de que o homem é um ser incompleto, pois, na eterna busca por preencher essa incompletude, o homem inventa o mundo e se reinventa com ele, a partir da ação, do questionamento e do diálogo, guiado pela esperança de sempre *ser mais*:

O diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador - educando e educando - educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas, sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação (FREIRE, 1981, 79).

A extensão universitária é um espaço que pode articular ensino e pesquisa de uma forma crítica e possibilitar ao estudante uma intervenção na realidade para além da mera prestação de serviço. “...a extensão, mais do que um elemento indissociável da tríade ensino-pesquisa – extensão, é o elemento articulador destes entre si e com a dinâmica de trocas mútuas entre a universidade e a sociedade.” (TAVARES, p.18)

A experiência interdisciplinar numa perspectiva crítica pode contribuir para a formação do estudante, pois o coloca em contato com as diversas áreas do saber e com o desafio de, a partir de um objetivo comum, construir coletivamente ações demandadas pelo grupo e pela comunidade com a qual trabalha.

Um das experiências que materializa a proposição acima é o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), grupo interdisciplinar que há

13 anos desenvolve trabalhos de extensão universitária em Franca e região e que sempre teve sua atuação voltada para o fortalecimento da luta pela terra e dos movimentos sociais. Desde 2009 o Natra participa do Núcleo de Ensino da UNESP com proposições de trabalho que variam a cada ano, mas que mantém o seu foco principal: discutir a questão agrária com educandos do ensino médio de escolas públicas de Franca, SP.

Antes da apresentação do trabalho desenvolvido, cumpre apresentar alguns dados a respeito da realidade agrária brasileira.

A QUESTÃO AGRÁRIA PERMANECE ATUAL

Na constituição Federal de 1988 no artigo 186, se estabelece que a grande propriedade de terra que não cumpre a função social deve ser desapropriada para fins de reforma agrária. Por função social da terra entende-se a que a terra deve

[...] ter um aproveitamento racional e adequado; utilizar adequadamente os recursos naturais e preservar o meio ambiente; respeitar a legislação trabalhista; a exploração deve favorecer o bem estar do proprietário e dos trabalhadores. Então, mesmo que a fazenda seja produtiva, se tiver trabalho escravo ou se a produção degradar o meio ambiente [...] pode ser desapropriada para a reforma agrária. (CEPAC - Instituto Nacional de Direitos Humanos "17 de Abril", 2006, p.11)

Mesmo que a reforma agrária esteja estabelecida na Constituição, esta encontra enorme empecilho para se concretizar⁶. A desapropriação de terra apenas ocorre, por meio de muita pressão por parte dos movimentos sociais, entidades de apoio à luta dos trabalhadores, e a população civil.

Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação) e o PNDU (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento), o Brasil ocupa o segundo lugar na escala mundial de concentração de terras, perdendo apenas para o Paraguai. O Censo Agropecuário de 2006, feito pelo IBGE mostra que 46.911 propriedades têm mais de 1000 hectares e ocupam uma área de 146.553.218 e absurdamente 4.448.648 estabelecimentos com menos de 100 hectares ocupam uma 70.691.698 hectares. Desse modo 84,4% dos

⁶ Porque mesmo quando é desvendado trabalho escravo ou o desrespeito ao meio ambiente sem contar o plantio de ilícitos, esta propriedade não pode ser expropriada para fins de reforma agrária, pois é alegada a não existência de lei que a autorize.

estabelecimentos da agricultura familiar ocupam 24,3% das terras, enquanto 15,6% dos grandes estabelecimentos ocupam 75,7%.

Pelo menos quatro milhões de famílias sem terra buscam o seu direito de ter um espaço de vida e trabalho. Um dos exemplos do grau de concentração de terras no Brasil está no estado do Pará: o maior latifúndio do mundo, pertencente ao grupo CR Almeida, do empresário Cecílio do Rego Almeida, com 4,5 milhões de hectares. Não por coincidência, é nesse mesmo estado que ocorre o um dos maiores índices de mortes por conflito agrário, incluindo em seu histórico de violência, o massacre de Eldorado de Carajás em 17 de abril de 1996, onde dezenove sem-terra foram brutalmente assassinados.

Outro fator que agrava este quadro é o agronegócio, caracterizado por grandes monopólios agrícolas e industriais sob a forte influência do capital financeiro. Este sistema tem seu foco principal na exploração do trabalho que pode chegar a níveis extremos conforme mostram as denúncias de trabalho em condição análoga à escravidão, desrespeitando não somente as leis, mas principalmente criando a desumanização do trabalho.

[...] Por trás do avanço tecnológico e de produção se esconde a mesma estrutura fundiária e as mesmas relações de trabalho aqui estabelecidas desde a época colonial. O agronegócio se propõe buscar e garantir a hegemonia ideológica deslocando a atenção do caráter concentrador e predador do latifúndio para colocar no seu lugar a intensa produtividade da “moderna agricultura”. Porém, ao contrário do que se apregoa, o agronegócio promove a maior concentração de terra e de renda, gera desemprego, emprega mão-de-obra escrava, alimenta a grilagem de terras, é responsável pelo aumento desenfreado do desmatamento da Amazônia e do Cerrado, traz efeitos perversos sobre a saúde humana e deixa atrás de si um rastro de conflitos e violência. (CANUTO,p.01,2004)

Desse modo a discussão dessa temática mostra-se fundamental nas escolas onde acreditamos ser um espaço primordial para construção de conhecimento, no qual buscamos construir-lo através de um viés crítico da realidade posta, um conhecimento que não é neutro, mas que tem sua posição definida, que é a favor da vida digna para todos.

O PROJETO “DIÁLOGO ENTRE MUNDOS: REFLETINDO O RURAL E O URBANO”

O Núcleo Agrário Terra e Raiz já desenvolveu diversos projetos em 4 escolas do município de Franca e Restinga em diferentes momentos de sua trajetória. Manteve ao longo de sua trajetória a metodologia freiriana como princípio de sua ação.

É importante ressaltar a importância de Paulo Freire (1969,p.44) para a educação “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos e interlocutores [...]”.

Utilizamos-nos das idéias de Paulo Freire quando discutimos a extensão que fazemos, pois buscamos na extensão uma forma de comunicar e não de impor nossas idéias ditas “acadêmicas”.

Paulo Freire nos mostra como o conceito de extensão engloba ações que transformam o camponês em “coisa”, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser da transformação do mundo. O mesmo conceito substitui sua educação pela propaganda que vem de um mundo cultural alheio, não lhe permitindo ser mais que isso e pretendendo fazer dele um depósito que receba mecânicamente aquilo que o homem “superior” (o técnico) acha que o camponês deve aceitar para ser moderno, da mesma forma que o homem “superior” é moderno.(FREIRE,1969,p.7)

No ano de 2010 o Natra desenvolveu o projeto intitulado “Diálogo entre mundos: refletindo o rural e o urbano” financiado pelo Núcleo de Ensino Unesp. As atividades foram desenvolvidas no Colégio Sérgio Lessa Teixeira de Franca.

Para possibilitar a efetivação das oficinas nos terceiros anos do ensino médio, foi imprescindível o subsídio acadêmico e teórico. Apreendida pelo grupo em reuniões de estudos prévias ao início do projeto, a base teórica da *filosofia freiriana* foi referência fundamental para definirmos nossa perspectiva metodológica, a qual foi se personificando na elaboração das oficinas e na própria ação do NATRA durante o desenvolvimento das atividades do projeto Núcleo de Ensino.

Por serem oficinas construídas de modo dialético com os próprios estudantes, ao mesmo tempo em que são tirados temas e um cronograma a ser seguido ao longo do ano, também ocorrem pequenas adaptações circunstanciais. Como por exemplo, no segundo semestre do ano de 2010 ocorreu o Plebiscito Popular sobre o limite da propriedade rural, o que nos possibilitou um debate sobre formas de construções populares, democracia e incitando a participação desses jovens na tomadas de escolhas.

Diante da realidade do campo, vários segmentos sociais se mobilizam para conquistar seus direitos. O papel da Campanha é exigir a obrigação do Estado em garantir esse direito à propriedade da terra a todos os brasileiros e brasileiras que dela tiram seu sustento. Além disso, a

Campanha também está engajada na luta contra o agronegócio e o hidronegócio no Brasil, que destroem o meio ambiente, a biodiversidade e desabrigam milhares de trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas e comunidades ribeirinhas”(PLEBISCITO PELA TERRA)⁷

Portanto, muito do que foi debatido ao longo do ano letivo com os alunos do terceiro ano do ensino médio, vinculou-se diretamente ao debate propiciado pelo plebiscito popular. Toda a questão agrária, as pequenas propriedades rurais e como são essas as grandes responsáveis por fornecer alimentos e empregos à população brasileira. Os dados sobre a concentração fundiária e os direitos constitucionais subsidiaram os debates a respeito do plebiscito popular.

O desenvolvimento das oficinas contou ainda com mostra de filmes e documentários. O filme “Terra para Rose”, de Tetê Moraes, após breve edição feita pela bolsista e os colaboradores do projeto do Núcleo de Ensino, foi passado para os estudantes do terceiro colegial da escola Sérgio Leça Teixeira. A edição do filme ao mesmo tempo que manteve o propósito do longa metragem, nos possibilitou tempo para o debate e questionamentos. Além dessa edição de um longa já existente, também foi trabalhado um curta com os estudantes sobre a questão histórica da terra. O filme feito pela bolsista e os colaboradores do projeto abarcava desde o descobrimento do Brasil até a situação do agronegócio hoje, e por ter sido um filme feito especialmente para as oficinas do Núcleo de Ensino, conseguiu dialogar com algumas dificuldades que eram apresentadas ao coletivo. De tal forma, sendo realmente afirmada a prática paulo freiriana de tentar ao máximo dialogar com as necessidades de cada turma.

Além da apresentação de filmes, documentários e alguns vídeos, também foram apresentados diversas outras formas culturais para os jovens: músicas, poesia, quadros, livros, e sempre ressaltando a importância de artistas populares brasileiros. Todas as oficinas, sem exceção, começavam com alguma manifestação artística, a mística, bastante conhecida nos movimentos sociais. Acreditamos que a mística é uma excelente forma de se trabalhar a arte com diversas outras temáticas, além de ser de grande fator atrativo e prazeroso. Nas palavras de Ademar Bogo:

A mística é fundamental para a vida e para a luta. Sem mística na vida cotidiana, perdemos a alegria, a vibração, o interesse e a motivação de viver. Sem mística na luta, perdemos a vontade, a combatividade, a criatividade e o amor pela causa. (...)

⁷ <http://www.limitedaterra.org.br/>

A mística precisa da causa e da consciência. Sem elas não há compromissos. Não há razão de lutar. Não há permanência de projeto. Não há persistência das práticas. Também não haverá coerência nos comportamentos.(BOGO, 2005)

Por exemplo, logo na primeira oficina em que foram discutidos os acordos coletivos, foi apresentada uma música poema escrita por um trabalhador rural que trata de sua realidade enquanto um camponês. Em outra oficina foi trabalhado o RAP, ritmo e poesia, uma música popularmente conhecida por retratar da realidade dos trabalhadores urbanos. E assim, através de músicas e da arte, foram feitos paralelos mostrando também de como é grande o diálogo entre os dois mundos: rural e urbano.

Vale ressaltar a importância da primeira oficina sobre os acordos coletivos, pois de acordo com o grupo NATRA, é a forma mais concreta de realização de um trabalho que busca o diálogo e a construção coletiva. De uma forma simples os próprios alunos estipulam as regras de convivência para todo o ano letivo e como eles mesmos as criam, eles as seguem, tornando claro logo de início a horizontalidade que estará presente durante todas as oficinas e também demonstrando que nem sempre as regras precisam surgir, elas podem e deveriam ser escolhidas. Ou seja, através de uma simples oficina sobre acordos coletivos os jovens podem se enxergar enquanto verdadeiros protagonistas tanto das oficinas como ao longo de suas vidas, tomando decisões e fazendo escolhas.

Somado a todos esses debates e apresentações, também foi construído no coletivo uma cartilha explicativa sobre o que seria a reforma agrária, pois uma reforma agrária não é só divisão de terras, também é uma forma de garantia de trabalho a todos, de segurança alimentar, de produção e reprodução da vida camponesa, de diminuição da desigualdade social, de uma busca por justiça social e igualdade de direitos, de melhores condições ambientais e que a terra cumpra sua função social. Assim, utilizando-se da verba disponível do projeto, foram impressas mais de cinquenta cartilhas e distribuídas aos alunos. Nelas continham, além dessas informações, dados do IBGE (como os já mencionados), desenhos cartográficos, dados de desigualdade social e mais alguns temas como agroecologia, grilagem, trabalho escravo etc. E tudo acompanhado de outras imagens e figuras ilustrativas.

Assim foram construídas as oficinas e todo o desenrolar do projeto Reforma Agrária nas Escolas “Diálogo entre mundos: refletindo o rural e o urbano” do Núcleo de Ensino Unesp/Franca de 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

As atividades do Núcleo Agrário Terra têm possibilitado aos seus participantes a experiência de trabalho educativo numa perspectiva crítica e interdisciplinar; proporciona um espaço trabalho coletivo de debate e interlocução de maneira a fomentar a identidade grupal e adentrar-se politicamente na realidade dos movimentos sociais de luta pela terra e, como no caso aqui descrito, o contato com estudantes da periferia de Franca.

O enfoque sobre a questão agrária qualifica a formação dos diversos cursos aos quais estão vinculados os integrantes do NATRA: História, Serviço Social, Relações internacionais e Direito e, permite que cada área do saber discuta a concepção e o enfoque que tem sobre este tema e sobre outros que são estudados no desenvolvimento dos trabalhos de extensão.

Do ponto de vista da comunidade, em 2010, o projeto desenvolvido junto ao estudantes do terceiro ano do ensino médio cumpriu aquilo que acreditamos ser o desígnio da verdadeira ciência e o papel da universidade pública: contribuir para desmistificar as relações de dominação instituídas nesta sociabilidade, em especial àquelas que se definem pelo modelo de desenvolvimento agrário.

REFERÊNCIAS

- BOGO, Ademar. **A mística**: parte da vida e da luta. Expressão Popular. 2005.
- CANUTO, Antônio. **Agronegócio**: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade, Revista Nera Ano 7, n. 5, 2004.
- CARTILHA DO PLEBISCITO POPULAR. Limite da Propriedade da Terra: Um direito do povo um dever do estado, 2010.
- CHAUÍ, M. A universidade operacional. Caderno de Textos, 1ª Assembléia Universitária da UNESP. São Paulo: UNESP. 2000 31-4 p.
- CEPATEC, Cadernos 3 de Direitos Humanos: Desapropriação. Maxprint, 2006
- FREIRE, Paulo, **Extensão ou Comunicação?** Paz e Terra, 8ª Ed. 1969.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 9. ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1981. (p, 79).
- _____. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1981. 79p)

TAVARES, M.G.M. Os múltiplos conceitos de extensão. Participação. **Revista do decanato de extensão universitária de Brasília**, ed. Especial, ano II, n. 3, maio 1998. 9-18 p.

MORISSAWA, Mitsue. **A. História da Luta Pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão

Popular, 2008

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Qual a Questão Agrária Atual?**. São Paulo: ABRA, 2007.